

COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 57.^a reunião ordinária realizada dia 26/09/2017

Em 26 de setembro de 2017, o Comitê de mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu a sua 57.^a reunião ordinária, realizada na AV. IV Centenário, 1268 – Parque Ibirapuera, Portão 7A, São Paulo, SP, às 9h30.

A pauta prevista foi a seguinte:

PAUTA

Expediente:

- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação pelo Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia das **‘Diretrizes Gerais para a revisão do Artigo 50 da Lei Municipal 14.933/2009’** aprovada por unanimidade pelos membros presentes em sua 56.^a Reunião Extraordinária, realizada em 12/09/2017.
- Perguntas e Debate aberto
- Informes em geral e sugestões de inclusão em outras Pautas

A Secretária Executiva do Comitê, Leda Aschermann saudou e agradeceu a presença de todos os presentes e passou a palavra para o Presidente, o Secretário Fernando Von Zuben para a abertura dos trabalhos. O **Secretário Fernando Von Zuben** saudou a todas e a todos, dizendo que é um prazer novamente estarmos reunidos e discutindo esses temas tão importantes para a cidade. Passou à pauta do dia: primeiro os informes gerais, com o desdobramento do **Artigo 50 da Lei Municipal 14.933/2009**, que está em discussão na Câmara. Depois teremos a apresentação do Coordenador do GT da Saúde e Sustentabilidade, Cidade Sem Máscara, e outra sobre os impactos da alteração do Código de Obras na Lei Solar, que é importante, tendo o secretário sugerido que também seja abordada a energia fotovoltaica, nas próximas pautas. Prosseguiu convidando o Vereador Natalini, presente, para fazer algumas considerações sobre o que está acontecendo na Câmara Municipal de São Paulo em relação às mudanças climáticas e os combustíveis das novas frotas de ônibus. Agradeceu a presença do Vereador, a presença

de todos, da Leda por coordenar, e sugeriu fazer uma reunião bem focada e, claro com a participação de todos. Agradeceu e deu a palavra ao vereador.

Vereador Natalini - cumprimentou a todos agradeceu muito a oportunidade e o convite de estar na reunião com todos. Resumiu o histórico da situação que chegaram até hoje. O primeiro PL da Câmara para mudança da matriz energética de combustível dos ônibus é de 2003. Foi um projeto de autoria de seu mandato e chegou a se votado em primeira votação, depois foi não colocado para votação em segunda porque seria vetado. O Governo já tinha avisado que "isso que você pôs aí não dá". Era para trocar todos os motores e tal e eles disseram que "isso não tem jeito", então ele ficou segurando o projeto. Em 2009, o Secretário Eduardo Jorge mandou para a Câmara o projeto da Lei de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo e lá constava o Artigo 50, que previa que até 2018 era para zerar as emissões em São Paulo. Começou a ser implementado o Artigo 50 a partir de 2009, chegando a 2012 com cerca de 1.400 ônibus rodando com biodiesel; comprou-se uma frota de centenas de ônibus elétricos e teve início uma experiência numa garagem na Zona Sul, de energia de motor movido a etanol, a questão caminhou. Em 2013, com a mudança da gestão, a nova parou com toda essa tecnologia e voltou tudo para o diesel, os trólebus permaneceram, o etanol foi reduzido e o biodiesel sumiu do mapa. Então, chegamos em 2017 numa situação em que o prazo vence em 2018 e não temos nenhuma alternativa a não ser cumprir a lei até 2018, que é inexecutável. Estando na Secretaria do Verde desde janeiro, procurou o Secretário Sérgio Avelleda (de Mobilidade e Transportes), e conversou com ele sobre a licitação nova de ônibus para fazer e que não teria como não contemplar na licitação que estava vindo da gestão passada sem nenhuma linha sobre mudança da matriz de combustíveis dos motores dos ônibus. O secretário concordou e daí em diante começaram a discutir com a sua equipe da Secretaria de Transportes e com alguns ambientalistas, um modelo, um número, uma conta para fazerem o sistema mais avançado possível e que a cidade pudesse e que a tecnologia suportasse. Como essa questão estava em desenvolvimento, tanto que a licitação não foi prã frente porque a equação não estava resolvida. Desse modo, a licitação está sendo postergada até que a Câmara aprove e a proposta dele e grupo de vereadores era fazer um substitutivo, mandar para o Governo, para a Câmara, aproveitando o Projeto de Lei que já havia. Enquanto isso, o Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite, colocou um projeto de lei a uns três meses, de autoria dele, que tratava dessa questão, mas muito aquém do que o que o grupo já havia acumulado de discussões com a equipe do Governo. Era bem retrógrado e isso gerou uma reação grande, de muita gente. O vereador então retornou para a Câmara, para o seu mandato e procurou Milton Leite. Ele conversou com várias pessoas que estão nessa reunião e que também outras e foi melhorando a sua proposta. Exemplo: a proposta inicial dele era 20% de diminuição de CO₂ até 2027. Então foi melhorando e aconteceram várias conversas internas com ele, Natalini, Caio Miranda, Soninha Francine e outros vereadores para verem se conseguiam apresentar uma proposta única da Câmara e que fosse a mais avançada possível, que tivesse sanção do Governo. Argumentou que nesse processo todo teve tentou conseguir o mais avançado possível porque querem que essa questão seja agilizada. Ocorre que o Comitê de Mudanças Climáticas se reuniu, discutiu, tomou uma decisão, elaborou e emitiu um documento, **(Recomendação de Diretrizes Gerais para a Revisão do Artigo 50 da Lei Municipal 14.933/09)** cujos números estão aqui. Falou que tinham proposto, num combinado entre todos, com algumas exceções de instituições e entidades que não concordaram com esse número, mas haviam proposto que em dez anos houvesse uma diminuição de 80% dos particulados, 70% no NOX e de 40% no CO₂. Essa proposta eles haviam conseguido incorporar no texto do substitutivo para que a Câmara votasse. Além disso, também entrou no texto a volta da inspeção veicular começando com carros a partir dos três anos de fábrica e que seria bianual, depois de dez anos, passaria a anual e ampliou-se essa exigência de diminuição de gases, foi ampliado para os ônibus fretados, para os intermunicipais, para os caminhões de lixo e para os caminhões que servem a Prefeitura de alguma forma, que são todos a diesel. Então foi ampliado em mais ou menos 15.000 veículos. A frota de ônibus é de 15.000, dobrou a frota que seria sujeita a essas diminuições. Isso foi um avanço. Além da inspeção, agora conversaram, e ele disse que já que vai haver inspeção para os carros, teria de ter inspeção para moto também. Não há como um milhão e tantas mil motos ficarem fora da inspeção e essa questão foi concordada também. O documento que foi votado no Comitê ele também entregou a todos os vereadores da Câmara, eles viram que havia da parte do Governo Municipal e dos técnicos do Governo uma posição de que haveria a redução de 90% dos particulados, redução de 50% do CO₂ e redução de 80% do NOX. Foi o que saiu

desse Comitê e também, que é importantíssimo, que em 2037, a redução terá de ser de 95% do particulado, 90% do NOX e 100% do CO₂ de origem fóssil. É o prazo final. O Milton Leite colocou na mesa, fez uma audiência pública com centenas de perueiros e colocou uma solicitação deles, que têm dificuldades de novas tecnologias, para adaptar o motor; os micro-ônibus ainda têm dificuldades. Ele pediu um prazo de cinco anos para começar o processo a ser implantado nos seis mil micro-ônibus da cidade. Essa questão colocada por ele é um pedido junto com a representação do pessoal dos micro-ônibus. Então nós estamos na seguinte questão: pessoalmente ele coloca que não tem dificuldade de colocar um substitutivo seu com a proposta que o Comitê do Clima aprovou, disse que faz e apresenta sem problemas. Por outro lado, tem certeza absoluta que o colega Presidente da Câmara não vai aceitar colocar esses números em comum acordo. Então, dessa forma, vai ter que ter dois ou mais substitutivos e não conseguirão fazer um só, porque eles não vão aceitar. Colocou que esteve com a assessoria dele e consideraram que é avançar demais. Existe da parte do Governo o problema de não sancionarem uma lei aprovada com esses números que foram debatidos e colocados aqui pelo Comitê. Então, ele trouxe a seguinte questão: o que é que interessa para nós? Interessa colocar uma proposta mais avançada e disse que queria dar uma visão política, Secretário, que é a seguinte: ele poderia colocar os dados do Comitê, poderia escrever o substitutivo, pegar 19 assinaturas ou até mais, porque as pessoas assinam para encaminhar, mas na hora de votar ele tem certeza absoluta que quem ganharia seria o substitutivo do Presidente da Câmara, porque ele tem a maioria de 28 votos e o vereador Natalini não tem. Nem ele nem os vereadores parceiros como o Caio, a Soninha, Mário Covas Neto e outros que assinariam esse substitutivo juntos. Então, eles colocariam para disputa e, pode ser que ele esteja errado, mas considera que pode acontecer é que o substitutivo deles vá para a discussão, mas na hora do voto perdemos e o que vai para lá é a lei, é o substitutivo dele sem a intervenção do grupo. Se retroagirem para essa proposta de 80, 70 e 40, ele considera que o Vereador Presidente da Câmara aceitaria colocar isso, a finalização em 2037 e toda aquelas propostas da inspeção, a fiscalização de dois em dois anos, que também está sendo pedido, ele pode melhorar, aumentar a quantidade das multas, que estão hoje, em nossa opinião, muito baixas. Também existe uma proposta de além de punir os que não cumprirem dar algum tipo de incentivo para aqueles que acatarem e fizerem direitinho, para mostrar que não estamos só punindo, também estamos incentivando. E, por último, ele quer colocar lá os cinco anos de carência para os micro-ônibus, mas queria que expandisse de 2027/2028 para até 2032, mais cinco anos de prazo para os ônibus e micro-ônibus. Colocou que desse modo já não conseguiria aceitar. Carência inicial, tudo bem, para o pessoal se readaptar e tal, ver financiamento, isso e outras coisas, mas aumentar mais cinco anos para 6.000 micro-ônibus alegou considerar muito difícil. Essa é a situação que está ocorrendo na Câmara e há possibilidade de aprovar isso que ele trouxe a todos. Esteve conversando longamente com a SPTrans e eles disseram que esses números que o Comitê colocou, voltando para aquele 80, 70, 40 a SPTrans sancionaria o projeto de lei e teríamos a lei aprovada. Concluiu agradecendo a oportunidade e se colocou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Secretário Fernando Von Zuben – Agradeceu ao vereador e colocou que essa era uma posição praticamente da Câmara, que o Comitê recebeu online, confere? E que agora cabe ao Comitê decidir, certo Leda? Alegou não saber como é o encaminhamento burocrático da proposta.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) Comentou que essa matéria foi discutida amplamente, inclusive com reuniões extraordinárias do Grupo de Trabalho e do Comitê. É um assunto que o Comitê tem uma meta para ser cumprida, conseguida em consenso, está em discussão na Câmara e, finalmente, quem vai aprovar esse documento, ainda que existam documentos, propostas, diretrizes divergentes, é o Prefeito que vai sancionar essa lei. Então os técnicos da SPTrans, cuja contribuição é valiosíssima, sem dúvida, mas é natural, é quase que da natureza de cada grupo que tenham posições diferentes. Comentou que a natureza do Comitê, pode ser que seja um pouco mais ambiciosa e deve ser. Então, neste comitê foi colocada uma questão que ela considera um debate importante. A Câmara parou praticamente para essa audiência pública, em que ela esteve presente, havia mais de 500 pessoas. Então, isso é para todos poderem dimensionar a importância desse tema. Então, disse, sentir-se muito à vontade com a SPTrans à mesa, o Vereador Natalini, que é uma pessoa que todos sabem da sua militância, sua história, quando esses temas ainda não tinham a importância que hoje têm, ainda não era tão evidente, ele já estava atuando nessa área, mas atendendo aos pedidos passou

então a palavra para o senhor Irineu Gnecco Filho, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de SP que havia recém chegado e convidou-o à mesa, depois passará ao Pedro do Greenpeace. Senhor **Irineu Gnecco Filho, Secretário Adjunto SMT** - Saudou a todas, se desculpou pelo atraso alegou que não foi o trânsito, logicamente, mas, disse ser muito bom estar em mais essa reunião como Secretário-adjunto da Pasta da Mobilidade e Transportes. Disse estar representando o Secretário Sérgio Avelleda, que não pode comparecer. Colocou que é muito bom poder estar na reunião e debater o cuidado com o nosso clima. Disse estarem trabalhando muito firme na nova licitação do transporte coletivo; terem alguns impedimentos, que estão acontecendo na Câmara, que estiveram lá, na audiência pública no início do mês, num debate sobre a nova proposta do PL 300. Sobre a nova proposta da emissão dos gases com relação, não só ao transporte coletivo, mas com toda a frota de caminhões, fretados, de uma forma mais abrangente, como disse o Vereador Natalini que vem contribuindo muito, como sempre, ao longo dos vários anos. Agradeceu a todos e desejou bom dia e bom trabalho a todos.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Passou a palavra, então, para o Pedro.

Pedro, Greenpeace – Começou dizendo que esse texto do Comitê foi uma redação bem difícil na verdade. Foi duro conseguir chegar nele. Muitas pessoas queriam um texto ainda mais ambicioso, na verdade, e foi pactuado em reuniões e validado. O Comitê não tem um papel deliberativo, ele é um Conselho consultivo, basicamente. O que é encaminhado como sugestão não tem necessariamente que virar um novo PL, se não quiserem apresentar, se consideram que vai perder, não tem que levar a nada forçosamente. Então, ele entende que o pedido do Governo, hoje, é o pedido que esse Comitê legitime a proposta que o Governo está pondo na mesa, o que não é a proposta que o Comitê trouxe. Pessoalmente, ele acha que o Comitê tem que seguir com a postura que já foi acordada e que reabrir o documento agora não faz muito sentido nesse contexto. **(voz ao fundo inaudível por um bom tempo)**

Leda Aschermann (Secretária Executiva) – Disse que considera que temos buscado isso, Rodrigo, nas nossas discussões, inclusive com relação aos outros itens das diretrizes e tem sido uma discussão muito rica. Que o Comitê recebeu um e-mail com várias solicitações da SPTrans e hoje ela também tinha essa proposta de colocar algumas pequenas e pontuais correções que faltam, que foram apontadas corretamente pela SPTrans e que é preciso avançar. Quer dizer, o que ela sente é que é uma questão muito dinâmica mesmo, justamente porque temos buscado essas referências, mas considera que o Comitê está se manifestando e que são posições complementares, (sabe Vereador?). Considera que podem manter o encaminhamento que foi feito pelo Comitê e acompanhar as discussões na Câmara e depois, acompanhar a posição do Prefeito, que, finalmente, é quem vai bater o martelo. A ideia não é inviabilizar nada, ao contrário, mas é conferir, é contribuir, é oferecer diretrizes. Perguntou se alguém queria colocar mais alguma questão? Secretário? Professora Fátima, do IAG. Por favor.

Prof. Fátima, IAG - É só uma dúvida com relação,... (inaudível) no documento explicitava os motores, não? O Comitê tinha incluído a questão dos motores. Isso continua ou não? Isso era um ponto que... (inaudível) explicitamente, não é? (inaudível)

Vereador Natalini - A lei vai tratar de metas de redução. Isso amplia muito, porque aí o Governo pode, dentro das metas que a lei colocar, pode ter o motor A, o motor B, o motor C, tecnologia A, tecnologia B, filtro, tal, tal, tudo isso dentro de um cardápio para ele cumprir isso aqui. É isso que a gente estava discutindo, que é a melhor forma dentro da Câmara é a melhor. Fica mais consensuado. Que aí não vai ter todo tipo de representantes: do elétrico, do gás, do biogás, do metano, do não sei o quê... Todo mundo vai ter seu lugar. Agora quem vai dar a regra é o Governo.

Fátima - Está, porque além da questão do trólebus, que essas observações que foram colocadas pela SPTrans, tinha essas questões do motor que precisa corrigir no documento. Perguntou se já foi corrigido então.

Secretário Fernando Von Zuben - Quando você diminui o limite da emissão, obviamente você vai ter que trocar automaticamente o tipo de motor e combustível. Mesmo que você passe do Euro 5 para o Euro 6, o particulado vai cair de 0.02 para 0.01, quer dizer, vai cair pela metade, mas mesmo assim ainda vai estar fora da lei. E a mesma coisa para o NOX e hidrocarbonetos e CO. Esse CO, quando você muda de um para outro, é exatamente igual. Não vai alterar nada. É 1.5

para 1.5. Então, obviamente, não adianta só melhorar o teu diesel, o teu motor diesel, você terá que mudar a matriz energética da frota. Então, colocou concordar com o Vereador que é muito mais interessante (ininteligível).

Prof. Fátima, IAG – Disse que no documento constava mais detalhes, que talvez, então, não cabem, quer dizer, nesse encaminhamento, se vai encaminhar o mesmo documento, é preciso acertar esses pontos.

Secretário Fernando Von Zuben - Perfeito.

Vereador Natalini - Não há necessidade de mudar o documento. O documento é uma decisão. Disse concordar com o Pedro que o Comitê não precisa rever o documento, alterar, voltar atrás. O documento é uma base, é uma indicação para ajudar a formatar a lei. Então, não há necessidade de alterar o que está escrito, porque é isso corrige lá sem nenhum problema. O documento não é impositivo, ele é indicativo, e o grupo leva muito em conta, mas vão ajustar.

Secretário Fernando Von Zuben – Perguntou ao Irineu, se ele queria se colocar?

Irineu Gnecco Filho, Secretário Adjunto SMT – Falou para corroborar que essa linha é a diretriz da licitação. Disse que não vão entrar no âmbito se a tecnologia elétrica é melhor do que a do biogás ou se é o metanol, ou o etanol, enfim, não vão entrar na tecnologia, vão fazer uma graduação das emissões. Ou seja, num determinado ponto estimado na lei ou a determinada quantidade de anos, vai ter que ser zero. Alegou que temos hoje - pediu à equipe da São Paulo Transporte que o corrigisse se ele estivesse errado, mas que temos hoje 62% da frota Euro 3. Só essa mudança do 3 para o 5 vai dar um avanço significativo em todo aquele material particulado, principalmente NOX e CO₂. Então, é exatamente isso, senão vamos ficar sofrendo as pressões das tecnologias que eles têm aí, da Volvo, da Mercedes, a BYD acabou de fazer uma fábrica aqui, inaugurou uma fábrica em Campinas de elétrico, enfim, teremos de deixar para quem ganhar a licitação a decisão. O empresário é quem tem de decidir qual é o investimento que ele vai fazer, sabendo das regras, que daqui a "x" anos a emissão é zero, desde que aprovado na lei.

Secretário Fernando Von Zuben - Só para colocar dados, quer dizer, se você passar do Euro 3 para o Euro 5, você diminui em sete vezes os particulados? Se passar para o Euro 6, você diminui em 13 vezes a emissão de particulados, mas, obviamente, o objetivo aqui não é se manter diesel para sempre, mas vai chegar uma hora que eles terão que mudar para atender a lei, a matriz energética.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) – Perguntou se poderia encaminhar para o segundo ponto?

Vereador Natalini – Pediu a palavra. Disse que estamos procurando fundos internacionais de clima ou de grupos de países que possam ajudar São Paulo a financiar essas questões. Então, apresentou o Moacir – pediu para que se mostrasse ao público. O Moacir foi Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal e, hoje ele é o Secretário-executivo da Frente Parlamentar Ambientalista de Vereadores do Brasil. É uma pessoa que corre o país todo, conhece toda a dinâmica de Brasília e ele está ajudando a abrir os caminhos de conversação para ver possibilidades de ajuda - existe também outra pessoa que é o José Carlos, do Fórum das Américas, que é uma instituição muito antiga, que vem desde o tempo do Montoro, que tem um contato com a Coreia, que segundo informações, tem um fundo do clima lá que tem 100 milhões de dólares, que está lá e que o Brasil não está cacifado, não está preparado para apresentar um projeto para captar esse dinheiro. Então, vamos marcar uma audiência no Ministério das Cidades, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Ciência e Tecnologia e convidar algumas pessoas que estão aqui nessa sala para ir junto para vermos se há espaço para buscar recursos de fora para ajudar a cidade de São Paulo a viabilizar a mudança da matriz energética dos seus, seus ônibus e outros veículos, enfim, certo? É um trabalho que está sendo feito.

Não identificado – Pediu um esclarecimento do Natalini. Se tem metas intermediárias nesse acordo que está sendo negociado ou é só a finalística?

Vereador Natalini – Respondeu: de dois em dois anos a lei vai dizer como será, vai ter que de dois em dois anos o sujeito ter que se virar em dez anos pra baixar, é isso o que foi dito, certo? Depois, em vinte anos é que vai zerar. Por exemplo, o CO₂ é 100% zerado o CO₂ de origem fóssil,

mas deixa uma abertura para que tenha ainda queima de biodiesel, de etanol, de outros combustíveis que não são fósseis, mas que geram CO₂. É o hidrogênio que não gera CO₂. Mas então, o que ele está dizendo ainda poderá ter um pouco de CO₂ nos canos de escapamento dos carros. (Houve interrupção da energia por uns 40 minutos aproximadamente).

O Coordenador do GT Saúde e Sustentabilidade, Vital de Oliveira Ribeiro apresentou apenas explicando, já que não teve como fazer uso dos recursos áudio visuais, sobre a campanha “Cidades Sem Máscara” http://www.hospitaissaudaveis.org/biblioteca_det.asp?biblioteca_id=275 e <http://unmaskmycity.org/pt/project/sao-paulopt/>), e solicitou apoio para a moção que será apresentada na próxima Conferência Latino-Americana de Hospitais Verdes e Saudáveis – CLAHVS/SHS 2017 (http://hospitaissaudaveis.org/noticias_ler.asp?na_codigo=86), dirigida às autoridades ambientais e de saúde, solicitando políticas mais efetivas, amplas e integradas para enfrentamento da poluição do ar no estado de São Paulo. Explicou que a campanha é baseada na necessidade de políticas que integrem o tema da qualidade do ar à mudança do clima, tendo como eixo dois fatos irrefutáveis: 1). Ar poluído e mudança do clima têm as mesmas causas principais, a queima de combustíveis fósseis e; 2). Ambos trazem consequências diretas sobre a carga de doenças e a mortalidade, a um custo social insuportável, bem como ameaçam diretamente a sustentabilidade dos sistemas de saúde, em especial o SUS.

Comentou que na conferência deste ano terão um painel de alto nível com especialistas em clima e poluição do ar (precedendo a apresentação pública da moção) e também uma conferência especial do Nick Watts, Diretor Executivo da “The Lancet Countdown: Tracking Progress on Health and Climate Change”, que visa mobilizar o setor saúde e instituições de pesquisa para dar continuidade ao trabalho iniciado na “2015 Lancet Commission” sobre clima e saúde pública.

Tem a expectativa de que o Comitê de Mudança do Clima possa opinar sobre o texto da moção, apesar do curto tempo para terem maior debate, uma vez que o evento será de 9 a 11 de outubro (o painel de ar será no dia 10) e alegou ter esperança de conseguirem colher algumas sugestões para o texto da moção.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - (inaudível)... comentou (sobre a apresentação do Vital) que precisamos começar a fazer isso, inclusive individualmente e também a dona de casa, quando recicla o seu resíduo já é um avanço, temos que caminhar para isso. Em cada escola, cada equipamento público ou privado, temos que começar a ver onde é que existe desperdício, onde é que podemos mudar, qual é o investimento que precisa ser feito, alegou que lhe chama muito a atenção. Disse que queria cumprimentá-lo pelo trabalho e que possam começar também. A Câmara não pode ser vista como uma crucificadora e uma inquisidora. As pessoas têm que entender que queremos contribuir e que não tem problema que tenhamos divergência no Poder Executivo ou da Câmara Legislativa, enfim, temos um caminho próprio, o que aumenta a nossa responsabilidade. Outra questão, que sempre está colocada, é a responsabilidade do Município de São Paulo do ponto de vista nacional e internacional com cada encaminhamento. Disse que teve a grata satisfação de receber um telefonema do Governo do Estado em cima das diretrizes aprovadas pelo Comitê para a diminuição das emissões. Eles querem marcar uma reunião e terão uma conversa lá e, eventualmente, esse diálogo será ampliado e o diagnóstico, assim como algumas medidas, talvez até na elaboração do inventário. Informou já haver conversado com o Rodrigo do ICLEI, que, sem dúvida nenhuma, é parceiro, para poderem trabalhar essa questão a nível de pelo menos Região Metropolitana. Dessa forma as ações irradiam. Disse que produzimos informações, diretrizes e recomendações que não ficam apenas por aqui. A seguir Leda anunciou a apresentação do Marcelo da Abrasol sobre energia solar. (vozes ao fundo) Afirmou para quem tiver interesse que será enviada a informação para todos os membros do Comitê e para os Grupos de Trabalho. Anunciou o Marcelo Mesquita da ABRASOL, Associação Brasileira de Energia Solar Térmica e que vai fazer uma apresentação dos impactos da alteração do Código de Obras na Lei Solar de São Paulo. Informou que depois da apresentação do Marcelo haverá ainda a informação, do Grupo de Trabalho de Adaptação e Cidades Resilientes sobre a criação de um Comitê. Onde é que está o Ronaldo? Ronaldo, a palavra depois é sua, tá bom? Então fique à vontade, Marcelo.

Marcelo, ABRASOL – Saudou a todos, agradeceu por ter a oportunidade de ter o tema energia e meio ambiente sendo discutido nesse fórum. Apresentou-se e disse estar acompanhando o vice-presidente, Oscar de Mattos, da ABRASOL, e que o propósito (agradeceu à Leda e ao Marcelo Morgado), para poder falar um pouco sobre os benefícios da energia solar térmica, que muito já fez por São Paulo. Disse que gostou muito da fala (do Rodrigo ICLEI) sobre a importância que São Paulo para o Brasil e para o mundo. São Paulo tem uma lei solar, ou tinha, alegou que não sabe, mas que vamos discutir isso, desde 2007. Foi colocada em vigência em 2008 e a partir daí muitas outras cidades no Brasil, mais de 50 cidades, se inspiraram em São Paulo. Estamos falando da Lei Solar 14.459, de 2007, regulamentada em 2008, e agora o Código de Obras, que alterou essa exigência de aquecimento solar. Perguntou se tudo bem sobre aquecimento solar, energia solar térmica, se todos conhecem a diferença? Há também a fotovoltaica. Já foi falado na reunião sobre a fotovoltaica várias vezes. Então, prosseguiu, estamos falando de uma energia que aquece a água. No sentido mais simples dela, mas ela também pode ser usada em processos produtivos, para justamente gerar calor para a indústria. Então, conforme foi comentado pelo colega dos hospitais, (Vital), hoje é difícil ter um hospital sem energia solar térmica. Hospital tem cozinha, tem lavanderia e tudo isso usa vapor ou água quente e aí a energia solar térmica é prioridade e depois vem para fotovoltaica e outras formas alternativas. Colocou que todos sabem seus compromissos e responsabilidades. Mostrou material dos ODS: objetivos globais de desenvolvimento sustentável e destacou quatro: energia limpa e acessível é o item 7.11. Cidades e comunidades sustentáveis. Item doze: consumo e produção responsável e 13, ação contra a mudança global do clima. Chamou a atenção: estão falando conosco. Isso mexe com a gente, reforçou e colocou: o que estamos fazendo em relação a tudo isso? Afirmou que é uma responsabilidade de todos e que gostou de algumas falas feitas na reunião. Defendeu que temos que transformar e que temos essa oportunidade, não somente como passageiro, mas como condutor. Voltou ao tema e disse que temos em São Paulo hoje uma lei que corre o risco de tornar-se ineficaz. Que talvez saibamos que isso vai ter problema no futuro e que temos de mexer agora. Fez referência às novas gerações alegando que é preciso ir adiante. Mostrou um quadro geral falando de várias energias e destacou a energia solar térmica e seus benefícios: não emite gases poluentes, mínimo impacto ambiental a baixo custo de produção. Informou que em dois anos após ser colocada numa casa já se amortiza todo o investimento e ficam os outros 18 anos sem pagar energia para a água quente na residência. Isso vale para hospital, para lavanderias, vale para outros usos, como os hotéis e motéis também. Nas cozinhas industriais também vêm sendo muito utilizada e em processos térmicos de indústrias. Acerca dos custos: energia solar térmica R\$120 o megawatt-hora. Na outra ponta: solar fotovoltaica, falou que esse é o problema do momento. Que sabemos que a solar fotovoltaica vai abaixar, mas no momento ela custa quase R\$ 300 o megawatt-hora. Nesse meio ainda temos a hidráulica, que a maioria paga em casa, cujo custo é de R\$185 o megawatt-hora. Então, prosseguiu dizendo que esses dados são desse momento, mas, hoje a energia solar térmica é a energia mais barata que tem. Então, pode-se dizer isso: solar térmica é a energia mais barata que existe. Matriz elétrica foi muito comentada aqui hoje. Informou que foi feito um arranjo da inserção da solar térmica na matriz que hoje representa 1.4%. Já conversaram com o Secretário e pretendem explicitar no balanço energético nacional a energia solar térmica. Hoje se fez um arranjo para poder inseri-la. Referindo-se à apresentação: todas as áreas em cinza - cerca de um terço do mapa - geram eletricidade com resíduo, poluem, e são as térmicas. Um terço da matriz elétrica nacional é de origem fóssil, polui e todos precisam e tem a oportunidade de mudar um pouco esse panorama. Considerações sobre a matriz energética: hoje o consumo em forma de calor representa cerca de 35%. Temos baixa participação de novas energias renováveis ainda, cerca de um terço da geração do país é de usina termoelétrica, como foi dito, os chuveiros são responsáveis por 8% da energia nacional. O banho de chuveiro elétrico 8%, e corresponde a 30% do valor das contas. Os investimentos em linhas de transmissão, distribuição são imensos, fora que em 2026 seremos 220 milhões de habitantes. Estamos preparados para ampliar em 45% o que nós temos hoje? Perguntou. Isso tem impacto ou não? Quase metade do que temos hoje vamos ter que aumentar, disse fazendo alusão à fala Secretário de Energia de Brasília, Eduardo Azevedo. Então, concluindo, se temos sol, sem dúvida, comparando o Brasil com a Alemanha, são quase 100 watts por metro quadrado de diferença, temos muito sol. Disse estar muito feliz por terem tido uma amostra no Comitê da importância da energia solar; fez referência ao corte da energia que ocorreu antes, como um miniapagão e que existem coisas que podemos substituir a energia com vantagens. O Brasil tem

uma insolação fantástica e, disse, fazendo alusão ao mapa, na parte mais escura, que cobre desde um pedaço de Santa Catarina, São Paulo e Minas, perguntou: como é que nós estamos de energia solar no Brasil em relação ao mundo? Será que aproveitamos esse potencial todo? Ou poderíamos aproveitar mais? Onde se aplica: residências, hospitais, as piscinas, condomínios residenciais, o CDHU em São Paulo é um bom exemplo, Minha Casa Minha Vida também é um bom exemplo, habitações de interesse social e os hotéis. Então, prosseguiu, são amplas as aplicações, sem contar toda a indústria que não está no quadro, (que ele apresentava), que hoje já tem muitas aplicações. Quanto aos benefícios: cada metro quadrado deixa de inundar 56 metros de usinas e, lá no final, poupa 65 litros de diesel. Então, rapidamente, são benefícios e inequívocos da energia solar térmica. É barata, sabemos que ela contribui, e nós precisamos passar a usá-la. Princípio de funcionamento: o sol incide na placa, a água vai para a parte de cima do reservatório. À medida que ela vai esfriando ela volta para a placa e aquece e fica nesse ciclo até ela ser consumida. Água quente é mais leve que a água fria e não precisa nem de bomba elétrica. Não precisa de bomba elétrica nesse caso, que é uma instalação simples. Esse é o aquecimento solar. Sistema de aquecimento solar a chamamos de SAS. É uma placa, tem um tratamento de tinta, tem uma parte de cobre e uma espécie de serpentina, que chamamos de flauta, por onde a água percorre e, aí então, é aquecida pelo sol. Extremamente simples e que todos poderiam estar usando em casa. O Brasil ocupa hoje a quinta posição no mundo. A China, possui 71% de aquecimento solar. Fez um destaque: a Alemanha e a Turquia, se olharmos em termos de gigawatts-hora estão em terceiro, se olharmos em termos de metros quadrados estão em quarto, mas em ponto, o Brasil realmente é o quinto colocado e entre os países que mais produzem. Mostrou um coletor de energia solar que também é usado para piscina e banho. Desse modo, segmentamos em dois tipos e tem o tubo evacuado, que é de outro tipo, para temperaturas maiores, estão os três tipos ali descritos, mas notamos que a Turquia tem um pouco de tubo evacuado e boa parte de coletores fechados, que são usados para banho. O Brasil já se concentra em coletores abertos, que é justamente para piscina e os fechados, para banho, que é a parte cor de abóbora e a parte azul, (mostrou). Os dez maiores em capacidade adicionada, comentou, segundo pesquisa da Agência Internacional de Energia, bienal, nessa pesquisa de 2015, a última que saiu, o Brasil está orgulhosamente na quarta colocação de mais produção de aquecimento solar no mundo. Mostrou o mapa: 13.600.000 metros quadrados de aquecimento solar e uma produção em torno de 1.300.000 metros quadrados por ano. Produto aprovado pelo INMETRO, tem como saber qual é a produção de energia dele e também o seu projeto, qual será preciso, tanto o coletor como o reservatório. A segmentação: 23% hoje do mercado é para hotéis e hospitais, 55% para residências e edifícios residenciais e 16% para habitações de interesse social. As aplicações de interesse social, com os benefícios de aquecimento solar em termos de mercado, sendo que hoje a indústria consome 26% e a residência consome 74%, ao passo que a energia elétrica é invertida. Temos 18% de consumo de energia elétrica no mundo, no Brasil a indústria consome 82%. Ou seja, a proposta é que consigamos interagir com essas duas "pizzas" e trazer um melhor aproveitamento da energia solar para o país. Sobre as Leis solares tínhamos uma iniciativa chamada Cidades Solares, que temos que retomar de uma forma rápida, mais de 50 cidades no Brasil possuem Leis Solares. E tem leis de dois tipos: leis de obrigação e leis de incentivo, que dão descontos no IPTU, por exemplo. Agora não é só no Brasil. Sevilha tem, Madri, Barcelona e San Francisco já possuem, e o Brasil tem essas 50 leis, mas assim como outras cidades, e o exemplo que São Paulo deu foi ser um dos precursores de ter uma lei que serviu de exemplo para as outras 50 ou mais cidades no país. Quanto à Lei, aconteceu que tínhamos uma lei de 2008 (social), que dizia o seguinte: até três banheiros, não banheiro/chuveiro. Poderia ser, por exemplo, contado o lavabo, considerando o nível social. Até três banheiros as unidades de habitação deveriam estar prontas para receber o aquecimento solar futuramente. Elas deveriam ser construídas preparadas para ter aquecimento solar. Acima de três banheiros já era obrigatório entregar uma casa ou um apartamento com aquecimento solar, com o entendimento de que uma residência com mais de três banheiros certamente é uma residência de um poder aquisitivo um pouco melhor do que as outras. Existem outras aplicações também compulsórias para 40% da demanda de água quente: hotéis, motéis, clubes, clínicas, hospitais, quartéis, indústrias, lavanderias etc. Explicando: 40% da água quente consumida nesses estabelecimentos deveriam vir das placas de aquecimento solar. Sobre o que aconteceu com o Código de Obras, falou que trouxe uma nova redação e que estamos entendendo que talvez possa ter havido um equívoco da redação, que diz: a edificação nova, com área construída

superior a 1.500 metros quadrados, deve ser provida de instalação destinada a receber a energia solar. Postergou para o amanhã e no nosso ponto de vista significa: provida de sistema de aquecimento solar de água. Não dá para imaginarmos de quem receba um carro, por exemplo, com os parafusos dizendo "olha, depois você coloca o cinto de segurança", ele não vem junto, depois o proprietário coloca. Essa redação nos parece estranha e também colocamos uma outra situação, para que possa atender tanto as unidades unifamiliares como as unidades multifamiliares. Então, esse é o ponto que estamos discutindo hoje, de que talvez nós tenhamos de resolver essa questão aqui, para que o aquecimento solar faça sim, sentido e já possa contribuir com o clima. A lei proporcionou que tenhamos o Guia de Parametrização para ajudar os técnicos a projetar. Foi feita junto com a UMAPAZ, com muita gente da Prefeitura de SP e foi feita uma conta rápida dos benefícios e chegamos aqui, a uma energia economizada, desde 2007 até os dias de hoje, chegamos a uma energia economizada de 161.000 megawatts-hora, ou 161.000.000 de kilowatts-hora. Disse que pesquisou e isso equivale a ter uma cidade com 180.000 habitantes durante um ano: 180.000 habitantes! Estamos falando de uma Araçatuba, por exemplo, o que é uma cidade como Araçatuba sem energia consumida pelas casas? É essa a conta que fizemos. Considerando cada casa 150 kilowatts-hora, então é como se tivéssemos uma Araçatuba não poluindo, não funcionando, como um exemplo que pegamos aqui. Significa um belo benefício. Então, o que vemos? Considerações: ações de preservação do meio ambiente, mitigação das causas de mudanças climáticas valorizam a cidade e seus habitantes. Dá-nos orgulho de estar numa cidade, dá orgulho da sua cidade ser exemplo para outras cidades, como já foi comentado aqui. A Lei Solar inspirou várias outras cidades no Brasil e no mundo para consumo consciente de energia e mitigação de gases de efeito estufa. Maior procura de imóveis com aquecimento solar, valorização e velocidade de venda. Quem falou isso para nós? Os profissionais da área de venda de imóveis. Vende mais rápido e, quem tem, tem valorização do seu imóvel. Vende por pelo menos 10% mais caro porque tem um benefício de aquecer a água e economizar. As pesquisas da Caixa indicam: nível de satisfação Centro-Oeste, Sudeste e Sul, 80%; Norte e Nordeste, 76%. A energia gerada pela lei em São Paulo equivale a uma cidade de 180.000 habitantes, como foi comentado e a alteração proposta pelo Código de Obras poderá paralisar as conquistas que já tivemos na nossa cidade. Então as contribuições do aquecimento solar de água indicam cinco principais ganhos: social, energético, financeiro, ambiental e cultural. Temos exemplos das pesquisas que mostram que o dinheiro da conta de luz é redirecionado para outras prioridades, que as famílias passam a ter uma outra relação com a energia no que diz respeito à parte ambiental e cultural e exemplos para os filhos e assim por diante. Então, a nossa proposta é justamente justificar a continuidade da lei por esses aspectos. Agradeceu a todos e se colocou à disposição na ABRASOL. (palmas).

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Muito bom, mais uma tarefa aí para o Comitê. Importante. Alguma pergunta para o Marcelo?

Carolina, CBCS - Falou à Leda que parabenizava o Comitê pela apresentação do Marcelo. Apresentou-se, dizendo que é do CBCS, e colocou que para essa discussão era importante reforçar a solicitação e a proposta da criação do Grupo de Trabalho de Construções Sustentáveis, para que possam avaliar e já trazer, no âmbito do Comitê, depurar e depois trazer daí para discussão dentro do Comitê com todos. E, prosseguiu, disse ser importante darmos a experiência do CDHU no uso de aquecimento solar para banho em empreendimentos, que eles têm uma vasta experiência no Estado de São Paulo que pode apoiar muito todo o nosso trabalho, uma vez que o Comitê for estabelecido. Agradeceu.

Marcelo, ABRASOL – Agradeceu e disse que estiveram no CDHU no dia anterior, numa reunião, tanto ele como o Oscar. E que estão desenvolvendo pesquisas em conjunto para justamente ter melhor conhecimento sobre os benefícios em várias regiões em São Paulo onde o aquecimento solar é presente.

Carolina, CBCS – Colocou que além do que foi dito também é importante considerar o exemplo que se apresentou foi de uso direto na água, mas que existe a questão toda de contaminação por *Legionella*, por exemplo, em função da temperatura da água. Que tem um Comitê de *Legionella* estabelecido dentro do SINDUSCON. O CBCS participa e que é importante. Tem muitos intervenientes que é importante considerar em relação a essa questão do aquecimento solar, mas que reforça que era importante termos um GT de Construções Sustentáveis. Até porque, pelo que

a Lilian (do SINDUSCON) havia comentado, vai haver um ciclo de estudos em relação a outras fontes de energia que é importante os membros do Comitê conferirem e, aí, com o foco também eventualmente em eficiência energética, não só em geração de energia.

Marcelo, ABRASOL – Agradeceu e disse que algumas pessoas com quem já haviam conversado sobre contaminação por *Legionella* mostraram que as caixas d'água, em geral, estão sujeitas a *Legionella*. Que não é uma exclusividade do aquecimento solar. Então, isto está presente na sociedade hoje e deve ser, sim, estudado, mas não se aplica só a aquecimento solar e, sim, de uma maneira mais ampla.

Carolina, CBCS – Disse que há uma questão de temperatura, que o aquecimento solar chega, as outras não, enfim, que isso é um ponto que não temos que discutir agora. Acredita que temos que discutir no âmbito de um Grupo de Trabalho dedicado para isso.

Marcelo, ABRASOL - Ok.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Afirmou já haver conversado com a Lilian e que no Comitê esse grupo já aparece, não se trata de um Comitê, e sim de um Grupo de Trabalho, como são todos os demais. Ele já está criado do ponto de vista formal, mas só precisa agora de uma liderança, de alguém que organize, pois ele conta com o nosso apoio - a Débora está aqui, a Tatiana também - para podermos começar a indicar as pessoas, fazer um chamamento, assim como o Grupo de Saúde do Vital. Disse que considera que ele tem que ser aberto, porque existe mesmo dentro da Secretaria, duas, três pessoas que são engajadíssimas no assunto de compras públicas e que precisam entrar, sem dúvida nenhuma, mas ele está contemplado, ele já existe. É agendar uma reunião, respondeu para a Lilian.

Lilian, SINDUSCON – Apresentou-se como representante do SINDUSCON-SP. Disse que considera que eles fizeram a proposta, não o SINDUSCON, mas as entidades que estão aqui representadas no Comitê. Então fica o convite, e que podem organizar a primeira reunião - não que ela vá liderar o processo, mas organizar a primeira reunião. Citou algumas entidades participantes do Comitê que acham importante participar e que elas se comprometem a organizar essa reunião antes da próxima reunião do Comitê para trazer uma estrutura. Ao menos aprovado um dos temas que a elas querem propor e acha que vai na linha do que a Carol falou. Não discutir isoladamente soluções em eficiência energética, mas trazer uma proposta um pouco mais robusta, ampla. Citou a fala do Marcelo: em 2007, só se discutia aquecimento solar. Estamos em 2017, muita coisa mudou. Então, a proposta, disse, que nesse sentido, seria o quê? Montar esse grupo e elencar e trazer para uma discussão que considera um pouco mais produtiva, mais do que só apresentações, acha que os diversos pontos de vista. E pediu à Leda, disse não saber se ela comentou que talvez na próxima reunião tenha a apresentação de fotovoltaico e outras fontes de energia - adiar um pouco essa discussão para que o grupo possa trazer de uma forma mais propositiva. Finalizou dizendo que já estão maduros para isso.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Assentiu. Deu a palavra ao Eduardo Neder.

Eduardo Neder – Apresentou-se e disse ter uma dúvida. Sobre o que estão prevendo como solução para o aquecimento central do boiler, em épocas sem sol, porque muitas vezes aquece o boiler inteiro para um banho, por exemplo, então seria um gasto muito maior do que o próprio chuveiro. Não existe a possibilidade de um aquecimento na saída do boiler, alguma coisa mais moderna?

Marcelo, ABRASOL – Agradeceu pela pergunta e respondeu que a solução que é implantada tanto no Minha Casa Minha Vida como no CDHU é justamente um chuveiro elétrico com potência reduzida na saída do cano, onde nesses dias, então, acaba tendo a complementação elétrica para a temperatura da água. Algumas tecnologias, hoje, já permitem ter essa complementação de chuveiros, de aquecimento, seja por gás solar, de tal forma que ele consiga complementar somente a temperatura que foi pedida. Que se pode estar a 40 graus e o solar estar entregando 30, ele complementa a 10, ou o gás. Então, ele complementa só o que realmente está faltando para a temperatura que o usuário desejou, é uma atitude ecológica, no sentido de colocar somente o que é ponto de complemento. (vozes ao fundo) sim, que era o boiler de acumulação. Concluindo.

Carolina, CBCS – Colocou que tem mais uns pontos em relação à lei. Fala em rendimento em 40% da energia do ano, então existem questões que precisam levantar, que são importantes, em relação à temperatura média de banho, que são fatores de influência, vazão, vazão de banho, tempo de banho e tem toda uma série de interferências que estamos debatendo no âmbito de uma norma de conservação de água, que não estão contempladas na lei, como coisas assim: foi dito numa geração de 40% da energia para banho, para aquecimento de água dentro da residência, mas não se fala em parâmetros para comparação, então tem uma série de coisas, mas isso tudo são objetos de discussão num Grupo de Trabalho. Então é isso.

Marcelo – Respondeu que 40% são para indústrias e outros usos. Na residência estão com essa aplicação do ponto de vista a mais. Era assim, hoje não, mais de três banheiros, teria de ter o equipamento instalado.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Fátima?

Professora Fátima, IAG – Disse que é somente uma dúvida operacional e perguntou qual é a grande mudança que é preciso ter para casa que vai ser construída para ela já ser preparada para a energia solar, em termos inclusive de custos?

Marcelo, ABRASOL – Respondeu que basicamente precisa ter uma tubulação para água quente e uma para água fria, então essa tubulação para água quente geralmente é em cobre - tem já condutores plásticos para isso, canos plásticos - de tal sorte que se consiga misturar as duas águas e chegar à temperatura ideal. Sobre o telhado, precisaria de um reforço para sustentar essas placas e o reservatório, mas é simples e já existem algumas formas de se fazer isso em casa já construídas também. Quem já tem casa e quer colocar, existem formas. Pediu para procurar no site da ABRASOL, onde existem algumas soluções que são possíveis de adaptar o aquecimento solar para uma casa já construída.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Perguntou se havia mais alguma questão ou ela poderia chamar o Ronaldo, que vai fazer uma apresentação de um novo Comitê. Ela pediu a ele para contar um pouco como é que vai funcionar. Se o Comitê aprovar, daí ele mandará o texto para que seja enviado a todos para conhecermos como é que ele vai funcionar, convidou Ronaldo Malheiros, da Defesa Civil. (vozes ao fundo)

Ronaldo, Defesa Civil – Agradeceu à Leda. Apresentou-se e disse fazer parte também, do Grupo Trabalho de Adaptação e Cidades Resilientes, cujo Eduardo Neder coordena. Sobre a proposta que está sendo encaminhada pelo Grupo de Trabalho, ela vem do final de 2014, quando São Paulo aderiu ao programa da ONU, Construindo Cidades Resilientes, do qual várias cidades do mundo também aderiram. E essa adesão, na verdade, a cidade não tem apenas que aderir, ela tem que provar que ela é resiliente. E a ONU tem uma série de ciclos que as cidades têm que cumprir e a dificuldade que a eles encontraram foi que, na verdade, não dá que o ponto focal hoje desse programa foi feito pela Defesa Civil da cidade. É muito complicado, que cada passo que é feito demanda informação de várias pastas da Administração Municipal e, pegando um pouco a experiência de Campinas, que foi a primeira cidade a aderir ao programa, tanto é que o ponto focal do programa da ONU é o Sidnei Furtado, de Campinas, eles criaram lá na cidade um Comitê, que juntou todas as pastas com interface na discussão. E esse Comitê foi organizado a partir de um decreto. Então, se demandou esse decreto daqui para São Paulo, e fizemos uma adequação à nossa realidade em termos de Secretarias, ficaram quase um ano tentando fazer esse decreto avançar. Não tiveram sucesso, pelo entendimento, ou por não estar na pauta de quem tinha poder de encaminhar e, aí, quando teve a montagem do grupo, como ele falou, coordenado pelo Eduardo, a Defesa Civil vislumbrou uma forma de avançar e a partir daí o grupo elaborou uma Minuta de Decreto que circulou dentro do grupo, várias pessoas contribuíram, mas, na verdade, é um decreto muito simples, que só cria um Comitê permanente de cidades resilientes para que a eles possam juntar as pastas e fazer o processo de adesão avançar. Então, basicamente seria isso. E, disse, que o pedido é de que essa minuta fosse referendada por este Comitê, para que daí o Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente pudesse fazer os encaminhamentos legais, passar pelo jurídico, fazer as adequações. Até antes disso - até uma sugestão do Eduardo – de que eles passassem para todos os representantes, dar um prazo aí de uma semana para que alguém possa contribuir. E aí eles fechariam a proposta, encaminhariam para a Leda, através do Eduardo, (coordenador do GT) e aí o jurídico daria a refinada final e

mandaria para a Secretaria de Governo para poder publicar. Por que é importante? Perguntou, sem isso ele entende que vai ficar muito difícil, porque toda vez que se tem que cumprir um ciclo, é preciso ficar procurando em cada pasta a pessoa que é responsável por isso. E sabemos que as pessoas mudam bastante e isso dificulta o trabalho. Então, assim é essa a ideia. Ele vai se chamar Comitê Permanente São Paulo Resiliente. Reiterou o pedido para ter o endosso de todos.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Confirmou que sem dúvida o Comitê acolhe o documento e distribui no próximo dia, tudo rápido. Como já temos o documento, ela já leu e considera muito adequado, importante e, em uma semana é possível já colher as manifestações e encaminhar. O Comitê aprova, encaminha para o Secretário e este encaminha para o Gabinete do Prefeito, disse agradecendo ao Ronaldo.

Ronaldo, Defesa Civil – Pediu espaço para divulgar também Seminário nos próximos dias 9 e 10 de outubro na Universidade Federal do ABC em São Bernardo. É o Seminário Metropolitano de Governança em Gestão de Risco e Adaptação às Mudanças Climáticas. Pediu apoio e participação de todos. Explicou se tratar de um evento de extrema importância para discutir um tema muito interessante visando começar a romper aquela visão antiquada de uma Defesa Civil que apenas trata dos desastres. O objetivo é começar a discutir a governança na gestão de risco. Além disso, observou, o encontro tem como resultado uma contribuição importante para o PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - que está atualmente em discussão pelo Governo do Estado, em a equipe da Câmara Temática Metropolitana de Gestão de Risco, já organizada, conseguiu inserir no PDUI o tema da Gestão de Risco. Comentou sobre a importância dessa iniciativa porque vai virar uma lei estadual, que vai fazer com que as cidades comecem a olhar para essas questões de risco de uma forma mais abrangente envolvendo todas as pastas dentro da competência de cada uma, e não mais de forma fragmentada e com o olhar do passado de que Defesa Civil é só resposta a desastres, que atua como um bombeiro, mas sim que ela tem que envolver todas as pastas da administração de uma cidade para agir preventivamente, ainda mais numa megacidade como São Paulo.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Agradeceu a pediu para distribuir o material de divulgação a todos os presentes e pelo email.

Ronaldo, Defesa Civil – Agradeceu a todos. (palmas).

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Fez alusão aos vários temas tratados na reunião e disse que isso é muito bom, muita informação. Perguntou se havia mais alguma colocação. (vozes ao fundo) e pediu para o Ronaldo explicar melhor. (vozes ao fundo)

Ronaldo, Defesa Civil – (vozes ao fundo) Rodrigo do ICLEI perguntou sobre como seria esse Comitê em relação ao trabalho do Comitê de Mudança do Clima, que são duas coisas distintas. Ronaldo explicou que dentro do Comitê de Mudança do Clima existe o Grupo de Trabalho Adaptação e Cidades Resilientes, que é coordenado pelo Eduardo Neder, e pelo GT está vindo a proposta para a criação desse Comitê que será do Município de São Paulo, envolvendo as Pastas. Dessa forma teremos a Segurança Urbana, Prefeituras Regionais, Habitação, Meio Ambiente, e todas as Pastas participando porque no processo de adesão ao Programa da ONU Cidades Resilientes é preciso falar e mostrar o que está sendo feito em todos os setores da cidade: Saúde, Educação, Planejamento Urbano, o que está sendo adotado de recurso. Então, toda vez que for preciso atender aos protocolos de resposta esse novo Comitê poderá facilitar a recolher e levantar os dados, como se fosse uma auditoria. Esse Comitê, que vai ser responsável por juntar todas as informações de forma integrada, rápida e organizar para mandar para a ONU para poder avançar com o de criação de uma São Paulo Resiliente. Então, concluiu, é uma coisa que vai dar suporte para esta adesão ao programa da ONU enquanto cidade de São Paulo na parte administrativa. Quanto à importância, destacou que reforçará muito o que já está sendo construído pelo GT que foi criado pelo Comitê de Mudança do Clima. O que é interessante é que esse GT que vai estar avaliando esse processo todo de adesão. Antes estava sendo visto apenas como uma coisa da Defesa Civil e, alegou, não é assim que deve e esse novo Comitê quer exatamente discutir isso de uma forma mais ampla, daí a necessidade de organizar a administração da cidade nesse Comitê, concluiu. (vozes ao fundo)

(não identificado) – Pergunta: se esse Comitê Permanente São Paulo Resiliente vai ser coordenado pela Defesa Civil, então se ele terá os representantes de todos esses órgãos das

Secretarias, porém ele não terá uma vinculação direta com o Comitê das Mudanças Climáticas. Ele será um comitê à parte, que está sendo proposto através do Grupo de Trabalho e do Comitê de Mudanças Climáticas.

Ronaldo, Defesa Civil – Colocou que está sendo importante também desse Grupo de Trabalho, que considera que a ideia foi muito interessante, que muitos programas da Defesa Civil, que já existem, como o Programa de Baixa Umidade do Ar, de Baixas Temperaturas, Chuvas de Verão, etc., estão querendo também olhar não como a contingência de Defesa Civil, mas discutir tudo isso na ótica das adaptações às mudanças climáticas, com outro enfoque. Também não só com aquela coisa de preparar a cidade para dar suporte a quem teve uma área inundada ou coisa do tipo, mas sim trabalhar de forma proativa, até para romper essa questão de apenas resposta, trabalhar também com a gestão. Então, disse, que isso para a Defesa Civil vai ser importante, porque vai permitir abrir uma frente muito grande nessa questão das adaptações às mudanças climáticas, que os eventos extremos estão aí, não dá mais pra esconder.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) – Colocou que talvez a dúvida seja: porque é um Comitê e, ao mesmo tempo, também pode ser um Grupo de Trabalho interno, ela disse que pode ter causado uma confusão, mas o fato é que o Grupo de Trabalho gerou, discutiu, apresentou, e o Comitê referencia e manda adiante. Pediu para Débora falar. (vozes ao fundo).

Débora Diogo – Explicou a todos que considera importante mandar para os grupos e para todos os membros do Comitê um Guia sobre o que é o programa da ONU Cidades Resilientes. Que é um programa complexo e amplo, que envolve toda a gestão, inclusive os moradores, as entidades, as empresas. Comentou que pode mandar o site, e o PDF da publicação para todos terem uma ideia. Falou que são dez passos, mas que cada passo é muita coisa, então sem essas informações de uma cidade tão grande como São Paulo, não é possível cumprir com as metas. E por isso considera importante enviar para que todos fiquem conhecendo. Explicou que é um programa interessantíssimo e que todos já fazem parte, de certa forma, mas que essas informações do que está sendo feito, como o Vital trouxe hoje, vão ser possíveis de entrar no relatório, desse modo tudo o que está sendo feito tem que entrar, para cumprir essas metas e missões e fazer parte. Disse que São Paulo é um dos Estados que assinou e o Brasil é um dos países do mundo que tem mais cidades que fazem parte desse Programa Cidades Resilientes, porém muita gente assinou o documento, mas não faz as ações e aí não adianta nada. Para cumprir e para poder constar como uma cidade que tem trabalhado na resiliência e na prevenção é preciso saber tudo que está sendo feito e é muito difícil, porque as informações dificilmente chegam para quem está na coordenação, que é a gestão de risco, concluiu dizendo que vai enviar os guias para todos.

(não identificado) – Disse que é legal mandar junto esse material (vozes ao fundo)

(não identificada) – Explicou que não tem objetivos precisos, que só tem orientações, então cada cidade - São Paulo faz parte, São Paulo assinou também e cada cidade tem a independência de fazer projetos na linha, na lógica de gestão resiliente dos riscos naturais na cidade. Não só naturais, mas também industriais e outros. Então essa é a grande dificuldade para São Paulo, porque já trabalhou com Recife sobre gestão de risco de deslizamento de terra, na Defesa Civil, e é bem complicado, é difícil de aplicar essa lógica de cidades resilientes porque não temos uma mesma base. Mas também é difícil porque cada cidade tem seus problemas particulares.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Perguntou se havia mais alguma questão e se não podem encerrar a manhã de trabalhos? Agradeceu a presença de todos e a Lilian pediu para dar um informe. (vozes ao fundo). Chamou a Lilian do Encontro Mundial das Águas, que está coordenando o trabalho.

Lilian – Comentou que receberam um convite do SINDUSCON para participar de encontros que vão acontecer em outubro do Fórum Municipal da Água, e que queria conhecer um pouco ou estender o convite, considera que tem alguns membros do Comitê que seria interessante que participassem.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Colocou que é mais uma questão para enviar para todo mundo. E que sabia que essa programação está acontecendo na UMAPAZ, e que a Mirian é a responsável, que é uma arquiteta e que vem cuidando de recursos hídricos e que está

organizando e tirando propostas para aprovar e fazer parte depois do encontro nacional, que vai ser em Brasília.

Lilian – Explicou que vai ser em março de 2018.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Explicou que vai ser um Encontro Mundial em Brasília em março de 2018 e confirmou que seria enviado a todos. Agradeceu a presença de todos, desejou um bom trabalho, uma boa semana e encerrou a reunião.

LISTA DE PRESENÇA DA 57.ª REUNIÃO CMME EM 26/09/2017

Membros do Comitê presentes:

- ANTP - Olímpio de Melo Álvares Junior
- CBCS - Carolina Furlanetto Mendes
- Greenpeace – Pedro Telles
- ICLEI – Rodrigo Perpétuo
- SEHAB – José Amaral Wagner Neto
- SINDUSCON – Lilian Sarrouf
- SMSO – Andréa Vieira
- SMRI – Felipe de Campos
- SMT – Irineu Gnecco Filho
- SVMA – Fernando Von Zuben
- CMMCE – Leda Maria Aschermann
- USP – Maria de Fátima Andrade

Outros presentes interessados

- Salvador Carletto
- Maria Sales – COMDEC SP
- Suzete Taborda – SEHAB Paulo Romanelli – SMS
- Laís Almada – ANP
- Clodoaldo Alcântara – SME
- Cláudia Hamada – SME
- Edson Lopes – GCM
- Vital Ribeiro – PHS
- Isabelk Maciel dos Santos – PHS
- Oscar de Mattos – ABRASOL
- Pedro Carlos – SVMA DPP2
- Rodrigo Santos SPTrans
- Leonardo Garcia – GCM Ambiental
- Meire Abreu – SVMA
- Renato Recife – AMLURB

- Patrícia Vaz Ferreira – SVMA
- Débora Diogo – SVMA – CMMCE
- Ronaldo Figueira – SMSU – COMDEC
- Eduardo Neder – USP – PPA
- Vanina Dias – COMASP – SINDUSCON
- Marcelo Mesquita – ABRASOL
- Ana Bittar Carvalho – COMGAS
- Pedro Silva – COMGAS
- Alessandro Rangel – COMGAS
- Vanda Mendonça – SVMA Comunicação
- Gilberto Natalini – Vereador CMSP
- Marcelo Morgado – CMSP
- Moacir Arruda – FEPAV
- Pedro Ra ma - SPTrans
- José Luiz Cunha – SPTrans
- Rafael de Moraes – SF
- Maria Laura Zei – SVMA Deplan
- Laura Albuquerque – USP
- Natacha Nogueira – FIESP
- Magali Antonia – COVISA
- Joicy Raquel Bernardes – COVISA
- Alexandre Ota – SDTE
- Ana Lúcia Szajubok – SABESP
- Maria Sales – COMDEC SP
- Leonardo Maglio – PPA
- Helena Quintana – SVMA
-